



Número: **0002855-93.2011.2.00.0000**

Classe: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Daldice Maria Santana de Almeida**

Última distribuição : **01/06/2011**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

**Relator: TOURINHO NETO**

Assuntos:

Objeto do processo: **TRT 9ª Região - Regimento Interno - Artigos 182 e 183 - Agravo Regimental - Interposição - Processo - Prolação - Decisão Agravada - Ausência - Exigência - Fotocópia - Decisão - Intimação - Processo Julgado - Alteração - Edição - Ato Normativo.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
REQUERENTE	FAUSTO TRENTINI
REQUERIDO	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 9ª REGIÃO (PR)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
410628	13/09/2011 18:19	<a href="#">VOTO</a>	Voto

---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0002855-93.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Fausto Trentini

**Requerido:** Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região (pr)

**Advogado(s):** PR015726 - Fausto Trentini (REQUERENTE)

---

**EMENTA**

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. REGIMENTO INTERNO DO TRT-9ª REGIÃO. AGRAVO REGIMENTAL. FORMAÇÃO DE INSTRUMENTO. SUSTAÇÃO E DESCONTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. ATO PRATICADO HÁ MAIS DE CINCO ANOS. AUTONOMIA DO TRIBUNAL.**

1. Embora intitulada a petição inicial, pelo requerente, de pedido de providências, o procedimento em que se requer a sustação e a desconstituição de ato administrativo, com base no art. 95, I e II, do RICNJ, deve ser autuado como procedimento de controle administrativo.
2. Não é admissível controle de ato praticado há mais de cinco anos (RICNJ, art. 95, parágrafo único).
3. A instituição dos agravos regimentais, nos moldes do agravo de instrumento, ou seja, com formação de instrumento em autos apartados, embora não recomendável, decorre da autonomia de que goza o tribunal para elaboração de seu regimento interno, especificamente prevista no art. 96 da Constituição Federal.
4. Procedimento de controle administrativo que se julga improcedente.

**ACÓRDÃO**

Decide o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, julgar improcedente o procedimento de controle administrativo.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

*Conselheiro* **Tourinho Neto**

Relator

**RELATÓRIO**

**O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):**

1. Trata-se de Pedido de Providências requerido pelo advogado Fausto Trentini, objetivando, liminarmente, suspensão dos efeitos dos arts. 182 e 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e sua desconstituição, determinando-se àquele Órgão, ainda, que edite norma relativa à interposição de agravo regimental compatível com a doutrina e a jurisprudência, ou seja, nos próprios autos da decisão agravada, sem a exigência de formação de instrumento.

Alega o requerente que o art. 182 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região prevê a possibilidade de interposição do recurso de agravo regimental, estabelecendo, em seu § 1º, que, após o seu registro, autuação e distribuição, o relator determinará ao agravante que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, forneça as peças necessárias ao exame do recurso. Acrescenta que, além das cópias das peças essenciais à compreensão dos fatos e à formação do instrumento, deverão, obrigatoriamente, constar cópias da decisão agravada e de sua intimação, sob pena de não-conhecimento.

Aduz que o art. 235 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho prevê a possibilidade de interposição do citado recurso, mas sem a necessidade de formação de autos apartados.

Assevera que na Justiça do Trabalho há poucos recursos a serem utilizados pelas partes e que a disposição contida no art. 182 dificulta de forma ilegal e arbitrária a interposição do agravo regimental.

Aponta que todos os Tribunais do país prevêem em seus regimentos internos o recurso de agravo regimental, interposto das decisões monocráticas do relator, para que possa reconsiderar a decisão ou, caso contrário, levá-la para julgamento colegiado, mas sem a confecção, distribuição e autuação de novo processo, como determina o RITRT-9.

Por fim, afirma que o Tribunal requerido criou, em seu regimento interno, uma espécie de agravo regimental similar ao agravo de instrumento.

2. A liminar foi indeferida pelo então Conselheiro Leomar Amorim (DEC2, e-CNJ).

3. Nas informações que prestou, o Tribunal-requerido argúi, preliminarmente, que o pedido não pode ser conhecido, pois encontra óbice no parágrafo único do art. 91 do RICNJ, uma vez que o requerente pretende a desconstituição de ato administrativo praticado há mais de 05 (cinco) anos.

Aduz que não há ilegalidade ou inconstitucionalidade no RITRT-9, ao normatizar o agravo regimental, tendo em vista que este não é recurso e, assim, não precisa ser regulado por lei federal.

Afirma que seu Regimento Interno não dificulta o acesso do jurisdicionado à Justiça, pois: a) prevê prazo de oito dias para a interposição do regimental, o que, a seu ver, é suficiente para a parte apresentar a medida; b) caso não apresente as peças indispensáveis, será a parte intimada para tanto e somente se não as apresentar é que o feito não será conhecido; c) não há necessidade de cópia de todo processo, mas apenas de peças fundamentais; e d) o “recurso” não tem efeito suspensivo, conferindo celeridade ao trâmite do feito principal.

Cita que, além do TRT9, os Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 4ª, 5ª Regiões e o TJRS adotam ao mesmo procedimento (INF3, e-CNJ).

4. É o relatório.

## VOTO

### O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):

1. Inicialmente convém dizer que, embora o requerente tenha ingressado neste Conselho com requerimento denominado “pedido de providências”, o que requer, em verdade, é o controle de ato administrativo praticado por tribunal, tanto que em seu pedido final pede a sustação e desconstituição do ato nos termos do art. 95, I e II, do RICNJ, que trata exatamente do procedimento de controle administrativo.

Dessa forma, há de ser acolhida a preliminar argüida pelo TRT da 9ª Região, no sentido de que este pedido de providências encontra óbice no parágrafo único do art. 91 do RICNJ, que preceitua:

*Art. 91. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do CNJ, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados.*

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco (5) anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição.

A norma contra a qual se insurge o requerente está prevista nos art. 182 e 183 do RITRT-9, nos seguintes termos:

*Art. 182. Exceto quando comporte recurso previsto em lei, cabe agravo regimental, no prazo de oito dias, a contar da intimação ou da publicação no órgão da Imprensa Oficial, para o Tribunal Pleno, para o Órgão Especial, para a Seção Especializada e para as Turmas, observada a competência dos respectivos órgãos: (redação dada pelo art. 3º, da Resolução Administrativa 88/2004, de 30/8/2004, vigente a partir de 1º.10.2004);*



Denomina-se agravo regimental ou interno justamente por estar previsto nos regimentos internos dos tribunais, tendo por finalidade, apenas, a reconsideração da decisão e, principalmente, forçar a apreciação da decisão pelo órgão colegiado que o relator integre. Por isso, não é recurso autônomo; tem natureza jurídica de pedido integrativo.

A instituição dos agravos regimentais decorre da autonomia de que gozam os tribunais para elaboração de seus regimentos internos, especificamente prevista no art. 96 da Constituição Federal, *in verbis*:

*Art. 96. Compete privativamente:*

*I - aos tribunais:*

*a) eleger seus órgãos diretivos e **elaborar seus regimentos internos**, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;*

Portanto, se, de um lado, a alteração pretendida pelo requerente encontra óbice no RI do CNJ (parágrafo único do art. 91), por outro lado a instituição, pelo Tribunal requerido, do agravo regimental naqueles termos, está amparada na autonomia que lhe é assegurada pela Constituição Federal.

Convém dizer que, embora § 1º do art. 557 do Código de Processo Civil tenha passado a prever modalidade igual de agravo, antes existente apenas nos regimentos internos dos tribunais, o agravo de que tratam os autos não é o mesmo da legislação processual civil.

O agravo incorporado pelo CPC, nos moldes do regimental, é cabível apenas nas hipóteses de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, nos seguintes termos:

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento. (*Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998*).

O agravo do CPC, portanto, não excluiu o agravo interno, nas hipóteses previstas nos regimentos internos dos tribunais. Ao contrário, incorporou essa modalidade de agravo à hipótese específica de impugnação de decisão de relator que nega seguimento a recurso. No caso dos autos, agravo será interposto, justamente, quando a decisão *não comportar recurso previsto em lei* (*caput* do art. 182 do RITRT9).

Não cabe, pois, por parte deste CNJ, controle administrativo do ato questionado.

Ressalto, todavia, que, em tempos de evolução do sistema processual para o processo eletrônico, em que se busca dinamizar o processo e o procedimento, economizar papel, com reflexos positivos para o meio-ambiente, e desocupar espaços físicos, a formação de instrumento para o agravo regimental está na contramão dos objetivos do Judiciário, cabendo reflexão ao TRT da 9ª Região (e aos demais tribunais que adotam esse sistema, como apontado pelo requerido) a respeito da edição de norma, por iniciativa própria, que se aproxime mais desses objetivos.

2. Em face do exposto, **julgo improcedente o pedido.**

3. Reautue-se o presente feito como procedimento de controle administrativo.

4. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

5. É o voto.